

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026
“REGISTRO DE PREÇOS”

EDITAL DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER - Consórcio Público, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Segundo Aníbal Balbinot, nº 189, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. JOSÉ FRANCISCO MORA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO através do procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, observado as condições e especificações constante no presente edital e seus anexos.

O presente edital rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, bem como pelas Resoluções nº 12/2023, 14/2023, 15/2023, 18/2023, 43/2023 e 88/2026 do CONDER e outras que as alterem ou substituam.

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BORRACHARIA, RECAPAGEM DE PNEUS E LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER.

Plataforma Eletrônica: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> - “Acesso Identificado”.

Pedidos de Esclarecimentos e/ou Impugnações Através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Recebimento das propostas: Das 08h00min do dia 16 de março de 2026 até às 08h00min do dia 31 de março de 2026.



Início da Sessão de Disputa de Preços (lances): Às 08h15min do dia 31 de março de 2026.

Local: Todos os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BORRACHARIA, RECAPAGEM DE PNEUS E LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, de acordo com as condições e especificações constante no presente edital e seus anexos.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer em até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, cabendo ao órgão gerenciador respondê-lo em até **03 (três) dias úteis contados do recebimento do pedido** (limitado ao último dia útil anterior à data da abertura), podendo ser auxiliado pela comissão técnica instituída pelo CONDER para o objeto ora licitado.

2.2. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação ao edital deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** através da plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), **NÃO** sendo aceitos pedidos encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

2.2.1. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido (na mesma forma de divulgação inicial), exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações serão divulgadas na plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>) e no site oficial do CONDER (<https://conder.atende.net/cidadao> - na aba “Programa Licitações Compartilhadas”).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, cadastradas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital, seus anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento do objeto.



3.2. Como requisito para participação no pregão, a empresa deverá possuir cadastro junto a plataforma eletrônica que será realizado o certame, bem como, em campo próprio do sistema deverá **manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação** e, que sua proposta está em conformidade com os termos do edital e seus anexos.

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

3.3. Não poderão disputar licitação direta ou indiretamente:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. A consulta dar-se-á junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal. O impedimento também é aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicada pelo CONDER ou por algum dos municípios consorciados.

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

h) as empresas que possuírem débitos junto ao Órgão Gerenciador – CONDER. A consulta acerca de eventuais débitos será realizada diretamente pelo órgão, não sendo necessária a apresentação de documento por parte dos participantes.



3.5. A não observância das vedações desta cláusula e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita as penalidades cabíveis.

4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

4.1. Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do usuário, obtidas junto no Portal de Compras Públicas.

4.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto a plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais que escolher participar.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao no Portal de Compras Públicas ou ao CONDER a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. Todos os custos decorrentes do credenciamento na plataforma eletrônica serão de responsabilidade do licitante.

4.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

5.1. A proposta de preços deverá ser cadastrada exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), até a data e horário estabelecidos neste edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública não caberá desistência da proposta ofertada, sob pena das sanções previstas neste Edital.

5.3. A proposta a ser cadastrada deverá conter obrigatoriamente:

a) Preço unitário e preço total de cada item/lote ofertado expresso em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

b) Marca/fabricante e modelo do item/lote ofertado;

Quando o objeto da contratação se referir à prestação de serviços, recomenda-se que os campos “marca”, “fabricante” e “descrição detalhada do item” sejam preenchidos com termos genéricos, tais como “serviço” ou “própria”, de modo a evitar qualquer identificação prévia da empresa proponente, circunstância que



poderá ensejar a desclassificação do item.

c) Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias úteis, contados da data de abertura da sessão.

5.4. Juntamente com a proposta, a licitante deverá anexar:

a) Declaração da proponente de que a empresa possui estabelecimento localizado no perímetro de 15 (quinze) quilômetros da sede do Programa Mais Asfalto, que está localizada no Lote Industrial nº 05, Linha Tupancy, município de São Miguel do Oeste/SC, acesso ao trevo do município de Barra Bonita/SC ou que se vencedora instalará unidade operacional na referida área até a assinatura da Ata de Registro de Preço (modelo próprio da empresa).

b) Declaração da proponente de que, se vencedora, terá equipe com profissionais qualificados e habilitados, bem como estrutura física e todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços (modelo próprio da empresa).

c) Declaração da proponente de que, se vencedora, fornecerá garantia mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, para os serviços prestados de conserto, montagem/desmontagem, recapagem, vulcanização, balanceamento, geometria e alinhamento de pneus (modelo próprio da empresa).

5.4.1. As declarações previstas no item 5.4, alínea 'a', 'b' e 'c', deverão ser encaminhadas devidamente assinado através de certificação digital avançada (GovBR) ou qualificada emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

5.5. No Portal de Compras Públicas, será exibido o campo **“Documentos de Habilitação”**, seguido do espaço denominado **“Declarações”**, no qual deverá ser anexado os respectivos documentos. Ressalta-se que, neste momento, o envio dos documentos de habilitação **não é obrigatório**, uma vez que serão solicitados conforme o disposto no **item 10 do edital**.

5.7. A empresa proponente deverá **observar rigorosamente a descrição e a unidade** de fornecimento do objeto, tendo que, este estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

5.8. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, fornecimento do objeto do certame, encargos sociais, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação tributária, social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais que se fizerem necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

5.9. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, a proposta será **desclassificada** e a proponente estará sujeita às sanções previstas neste edital.

5.9.1. Em caso de desclassificação da proposta, esta será fundamentada e registrada na plataforma



eletrônica, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

5.10. A licitante deverá declarar, em campo próprio da plataforma eletrônica, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.11. A licitante que cadastrar sua proposta de preços terá **expressado sua decisão irrevogável** de concluir a transação, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

5.12. Fica vedada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta.

5.13. A licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte, ao cadastrar sua proposta no Portal de Compras Públicas e manifestar o interesse em usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, estará implicitamente declarando que **não ultrapassou o limite de receita bruta anual** previsto na referida legislação.

5.14. A apresentação da proposta implica na plena, irrevogável e integral aceitação, por parte da licitante, de todas as condições, obrigações e responsabilidades estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das declarações e demais exigências previstas na legislação vigente, especialmente aquelas constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, obrigando-se a licitante ao seu fiel cumprimento.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento máximo para a contratação, após a etapa de lances;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CONDER;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Parágrafo Único. O(A) pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 6.2, alínea “c”.

6.3. O julgamento das propostas será feito pelo **menor preço por lote**, de acordo com o especificado no Anexo I.

6.4. Somente as propostas classificadas pelo (a) pregoeiro (a) participarão da etapa de envio de lances.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo (a) pregoeiro (a).



6.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.7. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, consideram-se como vencedores os valores obtidos na etapa de propostas.

7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica.

7.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **valor global do lote**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrada pela plataforma eletrônica.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma eletrônica.

7.4. Durante a sessão pública a licitante será informada em tempo real do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5. A etapa de lances da Sessão Pública será no **modo de disputa ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 2022, conforme segue:

7.5.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.5.3. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente.

7.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta.

7.5.5. Após o reinício previsto no item 7.5.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.5.6. Encerrada a etapa de que trata o item 7.5.5, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7.5.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.8. Quando exauridos as hipóteses do item 7.5.7, o desempate dar-se-á através de sorteio online previamente agendado pelo chat do Portal de Compras Públicas.



7.6. Durante o modo de disputa aberto, se algum licitante de forma equivocada, ofertar um lance com valor inexequível poderá solicitar o cancelamento deste, em campo próprio na plataforma eletrônica, que será analisado pelo (a) pregoeiro (a).

7.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.8. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Encerrado o prazo disposto no item 7 deste edital, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, conforme segue:

8.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

Parágrafo Único. O disposto no subitem acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 05 (cinco) minutos, situação em que passará a condição de primeira colocada;

8.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, serão convocadas as remanescentes que porventura também se enquadrem na hipótese do item 8.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no subitem 8.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.1.5. Quando não houver nova proposta de preços nos termos previstos nos itens 8.1.2 e 8.1.3, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar, desde que, atendam as demais exigências dispostas neste edital.



8.2. O presente processo licitatório não é destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e cota reservada, conforme preveem os incisos I e III, art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e alterações posteriores.

8.3. Somente terão direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas que a declararem e comprovarem no momento do envio de suas propostas pela plataforma.

9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO, DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DO RECURSO

9.1. Encerrada a etapa de lances e declarado os arrematantes, o(a) pregoeiro(a) solicitará negociação durante o prazo de 10 (dez) minutos ao primeiro colocado, para obter condições mais vantajosas para a Administração.

9.2. Fica facultado a(o) pregoeiro(a), a negociação com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo CONDER.

9.3. A negociação será realizada por meio da plataforma eletrônica e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) e Equipe Técnica do Conder, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência estipulado para aquisição do objeto e solicitará o cadastro no Portal de Compras Públicas da Proposta de Preços Readequada ao último lance ofertado.

Parágrafo Único - Caso não sejam apresentados os documentos exigidos ou, se apresentados, estejam em desacordo com as exigências dos itens 5.5., será concedido um prazo adicional de 60 (sessenta) minutos para as devidas correções ou complementações

9.4.1. As empresas deverão cadastrar a Proposta de Preços Readequada ao último lance ofertado de TODOS os itens de cada lote que estas foram declaradas arrematantes, através de campo próprio (diligência) no Portal de Compras Públicas **no prazo de até 02 (duas) horas**, contadas da solicitação do (a) Pregoeiro (a).

9.4.2. A proposta readequada deverá ser cadastrada no Portal de Compras Públicas aplicando **o percentual de desconto de forma igualitária para todos os itens do referido lote** com duas casas decimais após a virgula, ou seja, a proponente deve realizar um cálculo de percentual de desconto (através do valor inicialmente ofertado/cadastrado na plataforma e o valor final ofertado pelo lote arrematado), aplicando o percentual calculado de forma igualitária para cada item do lote.

9.4.2.1. Justifica-se a obrigatoriedade do desconto de forma igualitária para todos os itens do lote, no intuito de prezar pelo princípio da economicidade, considerando que alguns dos itens serão contratados eventualmente pelo, conforme suas necessidades, e evitando ainda a caracterização do jogo de planilha.

9.4.2.2. Caso o percentual de desconto cadastrado na Proposta de Preços Readequada não for de forma igualitária para todos os itens do referido lote, será concedido o prazo de mais 02 (duas) horas para correção.



9.5. O(A) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.6. Serão desclassificados os objetos que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento máximo para a contratação após a etapa de lances.

9.7. O(A) pregoeiro(a) poderá, caso julgar necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos, realizando diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigindo a comprovação pelos licitantes.

9.8. Encerrada a análise da proposta e definido o julgamento, qualquer licitante durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio da plataforma eletrônica, poderá manifestar a intenção de recorrer ao que se refere a etapa de lances, negociação e julgamento das propostas que será registrada resumidamente em ata.

9.9. A intenção de recurso será apreciada em momento único pelo(a) pregoeiro(a) ao final do certame.

9.10. Após o prazo de recurso serão solicitados os documentos de habilitação.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante declarado arrematante do item.

10.2. O licitante vencedor deverá cadastrar os documentos através da plataforma eletrônica no prazo máximo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a).

10.2.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor consolidado ou acompanhado de todas as alterações posteriores (de acordo com as exigências do Novo Código Civil). No caso de sociedades comerciais ou sociedade por ações, faz-se necessário também os documentos de eleição de seus administradores. E ainda em casos de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

b) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

d) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, expedida pelo órgão competente.



- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, expedida pelo órgão competente.
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, expedida pelo órgão competente.
- g) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos à Justiça do Trabalho, expedida pelo órgão competente.
- h) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- i) Declaração da proponente contendo os dados bancários, dados do representante legal, endereço eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, e-mail o qual será destinado as ordens de compra/empenhos (modelo anexo II).

10.2.2. As declarações exigidas pela Lei nº 14.133/21, ainda que apresentadas em formato digital, serão substituídas e consideradas válidas a partir do momento em que o fornecedor assinalar os campos correspondentes no Portal de Compras Públicas, assumindo integral responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e declarando o cumprimento de todas as exigências legais e normativas aplicáveis, incluindo aquelas relativas a critérios de habilitação e disposições específicas de inclusão e reserva previstas em lei.

10.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar (além da documentação disposta no item 10.2.1), os seguintes documentos:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, expedida em até 06 (seis) meses do protocolo dos documentos de habilitação.

10.3.1. A licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte, ao cadastrar sua proposta no Portal de Compras Públicas e manifestar o interesse em usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, estará implicitamente declarando que **não ultrapassou o limite de receita bruta anual** previsto na referida legislação.

10.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores e Resolução do CONDER, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa.

10.3.3. A não apresentação dos documentos de que trata o item 10.3, leva ao entendimento de que as empresas proponentes não tem interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.

10.3.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar documento que comprove esta situação, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123, de 2006



e demais normativas e legislações vigentes.

10.3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3.6. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da proponente microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

10.3.7. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração).

10.4. A declaração prevista no item 10.2.1, alínea 'I', deverá ser encaminhada, por intermédio da plataforma eletrônica:

- a) Devidamente assinado através de certificação digital avançada (GovBR) ou qualificada emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- b) A licitante deverá informar, no momento da apresentação da proposta, o endereço de e-mail e o número de telefone/WhatsApp que serão utilizados para todas as comunicações referentes a este Edital, à Ata de Registro de Preços, aos eventuais contratos dela originados e às demais obrigações dela decorrentes, responsabilizando-se por mantê-los ativos, acessíveis e permanentemente atualizados.
- c) A atualização dos contatos informados constitui ônus exclusivo da licitante, devendo qualquer alteração ser comunicada, por escrito, ao e-mail **adm@conder.sc.gov.br**, sob pena de subsistirem, para todos os fins, os endereços anteriormente informados.
- d) Serão consideradas válidas e eficazes todas as comunicações, notificações, convocações, esclarecimentos, intimações, ordens de serviço e demais atos administrativos encaminhados ao último endereço eletrônico e/ou número de WhatsApp informado pela licitante, a partir da comprovação do envio, independentemente de confirmação de leitura ou recebimento.
- e) O não recebimento das comunicações, quando decorrente de falha, desatualização ou desativação dos meios de contato sob responsabilidade da Licitante, **não a exime do cumprimento de prazos, obrigações ou penalidades contratuais e editalícias**, sendo vedada a alegação de nulidade, desconhecimento ou falta de ciência.

§ 1º. Os documentos obtidos através da rede mundial de computadores (Internet) serão aceitos e considerados como originais, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pelo (a) Pregoeiro (a), na fase de habilitação.

10.5. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiver dispensada da apresentação de



determinado documento de habilitação, deverá apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

10.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em determinado órgão em substituição aos documentos exigidos para a habilitação no certame.

10.7. Toda a documentação deverá ser apresentada contendo o CNPJ da empresa licitante (se matriz, apresentar documentos contendo o CNPJ da matriz ou quando filial apresentar os documentos contendo o CNPJ da filial), exceto aqueles que somente são emitidos através do CNPJ da matriz.

10.7.1. AS EMPRESAS PROPONENTES DEVEM SE ATENTAR NO MOMENTO DO CADASTRO DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSERIR SOMENTE OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL.

10.8. Após o cadastro dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, será concedido um prazo adicional de 60 (sessenta) minutos, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- c) correção de verificação de autenticidade de documentos.

10.8.1. O contratante poderá, de ofício, diligenciar em sítios eletrônicos oficiais para fins de atendimento ao previsto nas alíneas “a” e “b” do item 10.8.

10.9. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

10.10. Nos casos em que o proponente arrematante for declarado inabilitado pelo não atendimento dos documentos de habilitação, será convocado o próximo colocado, respeitando a ordem de classificação do certame, para apresentação dos mesmos, conforme dispõe este edital de licitação, estando sujeito as sanções previstas neste edital.

10.11. A habilitação ou a inabilitação do participante abrange todo o certame, ou seja, o proponente uma vez inabilitado, será inabilitado para todo o processo licitatório.

11. DOS RECURSOS

11.1. Encerrada a fase de julgamento dos documentos de habilitação, qualquer licitante durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio da plataforma eletrônica, de imediato poderá manifestar a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata.

11.2. Aceita a intenção de recurso pelo(a) pregoeiro(a), as razões recursais deverão ser apresentadas no



prazo de 03 (três) dias úteis através da plataforma eletrônica, ficando as demais licitantes desde já, intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo para a defesa dos seus interesses.

11.2.1. Não serão aceitos recursos ou contrarrazões após o prazo definido pelo(a) pregoeiro (a) ou ainda aqueles encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

11.2.2. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo apenas para o item sob recurso.

Parágrafo Único. A falta de manifestação na sessão pública importará decadência do direito de recurso.

11.3. O recurso deverá ser dirigido a(o) pregoeiro(a), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, o qual com acompanhamento do órgão de assessoramento jurídico proferirá sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso pela autoridade superior importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de publicação no Portal de Compras Públicas e Site Oficial do CONDER.

11.6. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o processo licitatório será emitido a ata de registro de preços, formalizada entre o órgão gerenciador e a licitante vencedora (*modelo anexo III*).

12.2. O CONDER convocará a licitante vencedora via endereço eletrônico (e-mail) para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preços. O prazo poderá ser prorrogado por uma vez e igual período, quando solicitado pelo fornecedor, devidamente justificado e aceito pelo consórcio.

I. A ata de registro de preços deverá ser assinada através de certificação digital avançada qualificada emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

II. É facultado ao órgão gerenciador, quando a licitante convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

III. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades constantes neste edital.

12.3. Após assinatura da Ata de Registro de Preços deverá a proponente apresentar no prazo de 04 (quatro) horas a Licença Ambiental de Operação ou documento equivalente vigente, emitido por órgão competente,



em nome da proponente ou quando não aplicável dispensa da mesma.

12.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo permitido cumular com as quantidades não utilizadas.

II. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

III. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil.

12.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o consorcio a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nas Resoluções do CONDER.

13.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea “d”, Inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que, **devidamente comprovados**, cabendo ao órgão gerenciador proceder à verificação da compatibilidade dos preços mediante consulta a sites oficiais de processos licitatórios homologados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como a outras fontes públicas idôneas, nos termos da legislação vigente.

I. Nos casos de **elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar, por meio do sistema eletrônico disponível no link <https://conder.1doc.com.br/atendimento> > Protocolos PLC, os seguintes documentos:

- a) Ofício de Solicitação assinado pelo representante legal da empresa, contendo a justificativa da solicitação;
- b) Documento comprobatório do custo do produto alusivo à data da apresentação da proposta;
- c) Documento comprobatório do custo do produto que embasa o pedido de reequilíbrio econômico financeiro;

§ 1º A partir do protocolo apresentado pela fornecedora, o órgão gerenciador procederá à verificação da



compatibilidade do valor requerido com os preços praticados no mercado, mediante consulta a outros processos licitatórios devidamente homologados por órgãos ou entidades da Administração Pública, observados aqueles realizados no período de até 12 (doze) meses.

§ 2º Quando constatado pelo órgão gerenciador que o preço registrado se encontra **superior** ao preço praticado no mercado, poderá ensejar diligências para verificação e negociação do valor registrado.

§ 3º Realizada as negociações, o órgão gerenciador poderá:

- a) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado através de Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente; ou
- b) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

II. Em se tratando de pedidos de revisão dos preços enquanto não houver a apreciação e o deferimento do órgão gerenciador, a fornecedora fica obrigada a executar o objeto licitado nas condições inicialmente estabelecidas na ata de registro de preços, razão pela qual, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes, que forem emitidos anterior a decisão da autoridade competente deverão ser cumpridas nas condições estabelecidas em ata de registro de preços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

13.1.2. O **cancelamento de eventual item da ata de registro de preços** poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

- a) por razão de interesse público, devidamente justificado; ou
- b) a pedido do fornecedor, devidamente comprovados e justificados.

I. Nos casos de solicitação de **cancelamento de item**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar, por meio do sistema eletrônico disponível no link <https://conder.1doc.com.br/atendimento> > Protocolos PLC, os seguintes documentos:

- a) Ofício de Solicitação assinado pelo representante legal da empresa, contendo a justificativa da solicitação;
- b) Documentos comprobatórios da excepcionalidade da situação.

§ 1º Para analisar o pedido de cancelamento de item do registro nos termos do caput deste item, devidamente comprovado e justificado, o órgão gerenciador convocará via endereço eletrônico (*E-mail*) os demais fornecedores classificados no certame para a verificação da disponibilidade do objeto no mercado e preços praticados.

§ 2º Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a disponibilidade do fornecimento do objeto, será realizada pesquisa de preços praticados, conforme ordem classificatória do certame, transferindo-se o objeto ao fornecedor que permanecer a proposta mais vantajosa.



§ 3º Decaíra do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista no § 2º deste item, o fornecedor que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

II. Em se tratando de pedidos de cancelamento do objeto, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento de eventuais autorizações de fornecimento, bem como dar prosseguimento ao correspondente procedimento administrativo para a abertura do Processo de Apuração de Infrações Administrativas – PAIA.

13.1.3. Em casos excepcionais, poderão ser aceitas **substituição de marca e modelo** do objeto registrado, desde que a marca e modelo ofertado possua qualidade igual ou superior àquela inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros a Administração.

I. Nos casos de solicitação de **substituição de marca e modelo** de determinado produto, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar, por meio do sistema eletrônico disponível no link <https://conder.1doc.com.br/atendimento> > Protocolos PLC, os seguintes documentos:

- a) Ofício de Solicitação assinado pelo representante legal da empresa, contendo justificativa da solicitação;
- b) Declaração de que a marca e modelo ofertado possui qualidade igual ou superior a marca e modelo inicialmente registrado (modelo da empresa);
- c) Documento comprobatório da excepcionalidade da situação para substituição da marca e modelo registrado;
- d) Documento comprobatório do custo atual do produto referente marca e modelo registrado;
- e) Documento comprobatório do custo atual do produto - marca e modelo requerido para substituição;
- f) Registro do órgão fiscalizador, tais como: ANVISA, INMETRO, CA - Certificado de Aprovação, entre outros ou declaração de inexistência de órgão fiscalizador para o objeto.
- g) Prospecto ou ficha técnica do item, contendo, obrigatoriamente, a descrição completa e detalhada do produto e, sempre que possível, o link (site) oficial do fabricante, de modo a possibilitar a conferência das informações técnicas, bem como imagens (fotografias, ilustrações, desenhos, figuras ou outras representações visuais) que permitam a identificação inequívoca do item, conforme a marca e o modelo a serem ofertados.

§ 1º O órgão gerenciador reserva-se o direito de realizar diligências para verificação da equivalência da qualidade da marca e modelo registrado com a marca e modelo que está sendo ofertada para a substituição.

13.2. O órgão gerenciador decidirá sobre a revisão dos preços, substituição de marca e modelo ou pedido de cancelamento no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

13.3. A ata de registro de preços do fornecedor poderá ser **rescindida** pelo órgão gerenciador quando:

- a) descumprir as condições estabelecidas no edital de licitação e sua respectiva ata de registro de preços;



- b) se configurar a inexecução do objeto quando houver atraso superior a 30 (trinta) dias corridos no prazo de entrega estabelecido neste edital, contados a partir do recebimento da respectiva autorização de fornecimento, por meio do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção impeditiva prevista em lei.
- e) tornar-se inadimplente com o CONDER em decorrência de falta de pagamento de valor pertinente a multa aplicada, após a formalização da contratação junto ao Consórcio.

I. Nos casos de configuração de inexecução do objeto (item/Ata de Registro de Preços), caracterizada por atraso superior a 30 (trinta) dias corridos no prazo de entrega estabelecido neste edital, o órgão gerenciador promoverá o cancelamento parcial ou total da Ata de Registro de Preços.

§ 1º Efetuado o cancelamento do registro, nos termos do caput deste item, o órgão gerenciador convocará, por meio de endereço eletrônico (e-mail), os demais fornecedores classificados no certame, a fim de verificar a disponibilidade do objeto no mercado e os preços praticados.

§ 2º Na hipótese de os fornecedores convocados informarem a disponibilidade para fornecimento do objeto, será realizada pesquisa dos preços praticados, observada a ordem classificatória do certame, procedendo-se à transferência do objeto ao fornecedor que permanecer a proposta mais vantajosa.

§ 3º Decaía do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista no § 2º deste item, o fornecedor que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13.3.1. Em se tratando de rescisão total ou parcial da ata de registro de preços, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento de eventuais autorizações de fornecimento, bem como dar prosseguimento ao correspondente procedimento administrativo para a abertura do Processo de Apuração de Infrações Administrativas – PAIA.

Parágrafo único. A rescisão da ata registro de preços nas hipóteses previstas no item 13.3 e suas respectivas alíneas será formalizada por Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente do CONDER.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E/OU MULTA DE MORA DIÁRIA

14.1. Conforme dispõe o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONDER, municípios consorciados e/ou órgãos cooperados, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – Dar causa à inexecução total do contrato;



- IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso I do art. 3º:

- a) Entrega parcial do quantitativo previsto nos instrumentos que autorizam o fornecimento (Autorização de Fornecimento (AF), Ordem de Compra (OC), empenho ou documento equivalente);
- b) Entrega parcial de itens previstos nos instrumentos que autorizam o fornecimento (Autorização de Fornecimento (AF), Ordem de Compra (OC), empenho ou documento equivalente);
- c) Inobservância do prazo estabelecido para fornecimento e/ou substituição do item, conforme previsões editalícias;
- d) Executar ou fornecer o objeto contratado com falhas e/ou defeitos que não caracterizem inexecução total.

§ 2º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso II do art. 3º:

- a) Fornecer parcialmente o objeto, causando grave dano ao CONDER, municípios consorciados e/ou órgãos cooperados, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Executar ou fornecer o objeto com falhas e/ou defeitos relevantes, que não configurem inexecução total, mas que gerem grave dano na forma do § 13º.

§ 3º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso III do art. 3º:

- a) Não fornecer o objeto contratado;
- b) Executar ou fornecer o objeto com falhas e/ou defeitos que caracterizem a inexecução total.

§ 4º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso IV do art. 3º:



- a) Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) Fazer entrega parcial de documentação exigida;
- d) Deixar de entregar documentação complementar solicitada em diligências, necessária para comprovação de veracidade e/ou autenticidade.

§ 5º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso V do art. 3º:

- a) Deixar de atender convocações durante o certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) Deixar de encaminhar, ou encaminhar em desconformidade, amostras, prospectos, fichas técnicas, certificações ou documentos solicitados no julgamento;
- c) Ofertar produtos em desconformidade com as especificações do instrumento convocatório;
- d) Solicitar desclassificação de item após a abertura da sessão, salvo fato devidamente justificado.

§ 6º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso VI do art. 3º:

- a) Não entregar, ou entregar em desconformidade, documentação exigida para contratação, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Recusar-se a celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

§ 7º Constitui comportamento que poderá ser enquadrado no inciso VII do art. 3º:

- a) Não cumprir o prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto, sem motivo justificado.

§ 8º Constitui comportamento que poderá ser enquadrado no inciso VIII do art. 3º:

- a) Apresentar declaração/documento falso exigido no edital, nas etapas de proposta, habilitação, contratação, execução e/ou alteração contratual, ou prestar declaração falsa.

§ 9º Considera-se, para fins do inciso IX do art. 3º, a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro servidores/empregados públicos, ressalvadas as condutas específicas do inciso VIII.

§ 10º Constituem comportamentos que poderão ser enquadrados no inciso X do art. 3º:

- a) Praticar atos que prejudiquem o andamento do certame ou do contrato;
- b) Fornecer objeto com marca/modelo divergente daquele homologado, exceto em casos excepcionais devidamente justificados e deferidos pelo órgão competente;
- c) Entregar objeto em desconformidade com documentos aprovados e homologados;



d) Entregar produtos em desconformidade com as especificações do instrumento convocatório.

§ 11º Considera-se, para fins do inciso XI do art. 3º, a prática de ato ilícito voltado a frustrar objetivos da licitação, obter vantagem indevida ou manter a Administração em erro, ressalvadas as condutas do inciso VIII.

§ 12º Para os enquadramentos do inciso XII do art. 3º, observar-se-á o previsto na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, aplicando-se esta Resolução no que couber, especialmente quanto:

- a) Aos prazos e ritos próprios;
- b) À possibilidade de acordo de leniência, quando cabível.

§ 13º Para fins do § 2º, considera-se grave dano quando caracterizada uma das seguintes situações:

- a) Declaração formal do órgão contratante, por escrito, com justificativa e comprovações; ou
- b) Imposição de 05 (cinco) advertências relativas ao inciso I do art. 3º durante a execução de contratos no período de 18 (dezoito) meses.

§ 14º Para fins do § 5º, não serão aceitas como “fato devidamente justificado”, entre outras insuficiências:

- a) Erro de cotação sem análise de exequibilidade;
- b) Fatos não supervenientes à proposta;
- c) Oferta em desacordo com o edital (quantidade/qualidade);
- d) Registro vencido/suspenso antes da proposta;
- e) Ausência de certificações exigidas;
- f) Alegações sem comprovação documental.

§ 15º Para a configuração da falsidade (inciso VIII do art. 3º), exige-se potencialidade lesiva. Alterações grosseiras, detectáveis por simples verificação e/ou diligência, não configuram a infração específica por ineficácia absoluta do meio, sem prejuízo de enquadramento em outros incisos.

14.2. De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com o CONDER, municípios consorciados e órgãos cooperados;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



14.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, observado o caso concreto e a motivação da decisão.

§ 1º Após análise concreta dos fatos, e desde que motivado e devidamente justificado, poderá haver aplicação de multa de forma isolada, inclusive para condutas dos incisos II a XII do art. 3º, quando a medida se revelar suficiente e proporcional.

§ 2º A sanção de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo CONDER ou por município consorciado em contratação vinculada ao consórcio, constitui causa impeditiva de participação em licitações realizadas pelo CONDER, nos termos desta Resolução e dos registros cabíveis.

§ 3º O inadimplemento de multa aplicada pelo CONDER constitui causa impeditiva de participação em licitações realizadas pelo consórcio, por consubstanciar débito perante o CONDER.

§ 4º Nos casos em que o vencedor venha a sofrer sanção de impedimento ou declaração de inidoneidade, ou torne-se inadimplente quanto à multa aplicada, após a formalização da contratação, poderá ser promovida a rescisão da ata de registro de preços e/ou do contrato, observado o devido processo e as cláusulas aplicáveis.

14.4. A sanção de advertência será aplicada à infração do inciso I do art. 3º na terceira ocorrência, após duas notificações formais prévias ao contratado, sem prejuízo de aplicação de penalidade mais grave quando a situação assim justificar.

14.5. A sanção de multa será calculada na forma desta Resolução, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor-base e poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulada com outras sanções, nos seguintes termos:

Infrações Administrativas	Faixa A	Faixa B	Faixa C	Faixa D	Faixa E	Faixa F
	0,5 % a 5 %	5,01 % a 10 %	10,01 % a 15%	15,01 % a 20%	20,01 % a 25%	25,01 % a 30%
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato	Sanção de multa quando houver o registro de 3 (três) advertências.	Sanção de multa quando houver o registro de 4 (quatro) advertências.	Sanção de multa quando houver o registro de 5 (cinco) advertências.	Sanção de multa quando houver o registro de 6 (seis) advertências ou mais.		
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONDER, municípios consorciados ou órgãos cooperados, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Sanção de multa			Sanção de multa cumulada com impedimento de licitar		
III - Dar causa à	Sanção de multa			Sanção de multa cumulada		



Infrações Administrativas	Faixa A	Faixa B	Faixa C	Faixa D	Faixa E	Faixa F
	0,5 % a 5 %	5,01 % a 10 %	10,01 % a 15%	15,01 % a 20%	20,01 % a 25%	25,01 % a 30%
inexecução total do contrato				com impedimento de licitar		
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	1º certame	2º certame	3º certame	4º certame	5º certame	Acima do 5º certame
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Até 50 objetos	De 51 a 100 objetos	Acima de 100 objetos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Sanção de multa			Sanção de multa cumulada com impedimento de licitar		
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Sanção de multa			Sanção de multa cumulada com impedimento de licitar		
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Não se aplica			Sanção de multa cumulada com declaração de inidoneidade		
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Não se aplica			Sanção de multa cumulada com declaração de inidoneidade		
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Não se aplica			Sanção de multa cumulada com declaração de inidoneidade		
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Não se aplica			Sanção de multa cumulada com declaração de inidoneidade		
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Não se aplica			Sanção de multa cumulada com declaração de inidoneidade		



§ 1º Para fins de reincidência e evolução de faixa, considera-se o intervalo de 18 (dezoito) meses entre a constatação/registro da primeira ocorrência e a constatação/registro da ocorrência posterior, no âmbito do CONDER.

§ 2º O valor da multa será calculado sobre o valor que caracterizar a inadimplência do contratado, observado o art. 10º.

§ 3º As multas relativas a ato lesivo (inciso XII do art. 3º) deverão considerar, além desta Resolução, o disposto na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022.

§ 4º Após análise concreta dos fatos, poderá ser aplicado percentual diverso daquele indicado na tabela do caput, desde que motivado e respeitados os limites mínimo e máximo previstos nesta Resolução e na Lei nº 14.133/2021.

14.6. Para fins de definição do valor-base sobre o qual incidirá a multa:

I – Em contratações com quantitativos certos e determinados: considerar-se-á o valor total da inadimplência verificada;

II – Em atas/sistema de registro de preços: considerar-se-á a quantidade calculada com base no número de entidades que intencionaram o item, multiplicado pelo menor quantitativo individual informado entre os entes participantes, desconsiderada a estimativa/reserva adicional incluída pelo CONDER;

III – Para infrações cometidas durante o processo licitatório: considerar-se-á o valor total constante na proposta final do licitante.

14.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONDER, aos entes consorciados ou a terceiros eventualmente lesados.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1. O órgão gerenciador poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador. Em eventuais pedidos de subcontratação, o detentor da ata de registro de preços, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Consórcio, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação.

15.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação



relativa ao presente Edital.

15.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no sítio eletrônico oficial (<https://conder.atende.net>).

15.6. Detalhes não citados referentes ao fornecimento do objeto, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

15.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.8. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e Resoluções nº 12/2023, 14/2023, 15/2023, 18/2023, 43/2023 e 46/2024 do CONDER.

15.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de qualquer situação levantada durante o certame, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

15.10. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de dados bancários e dados dos responsáveis;

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

São Miguel do Oeste/SC, 13 março de 2026.

JOSÉ FRANCISCO MORA
DIRETOR EXECUTIVO DO CONDER



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026
“REGISTRO DE PREÇOS”

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BORRACHARIA, RECAPAGEM DE PNEUS E LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Seguem abaixo as especificações:

Edital					
1 - LOTE 1					
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
1	CONCERTO DE PNEU AROS 13, 14, 15.	24,	SERVIÇO	R\$39,75	R\$ 954,00
2	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 13, 14, 15.	48,	SERVIÇO	R\$20,81	R\$ 998,88
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	24,	SERVIÇO	R\$83,05	R\$ 1.993,20
4	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	48,	SERVIÇO	R\$25,93	R\$ 1.244,64
5	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	12,	SERVIÇO	R\$81,87	R\$ 982,44
6	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	12,	SERVIÇO	R\$81,87	R\$ 982,44
Total por Lote:				R\$333,28	R\$ 7.155,60
2 - LOTE 2					
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
7	CONCERTO DE PNEU AROS 16, 17 E 18	42,	SERVIÇO	R\$45,08	R\$ 1.893,36
8	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	80,	SERVIÇO	R\$29,56	R\$ 2.364,80
9	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	42,	SERVIÇO	R\$105,65	R\$ 4.437,30
10	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	92,	SERVIÇO	R\$37,92	R\$ 3.488,64
11	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	18,	SERVIÇO	R\$126,44	R\$ 2.275,92
12	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	18,	SERVIÇO	R\$126,44	R\$ 2.275,92
Total por Lote:				R\$471,09	R\$ 16.735,94
3 - LOTE 3					
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
13	CONCERTO DE PNEU BITOLA 275/80 R22,5.	50,	SERVIÇO	R\$60,48	R\$ 3.024,00
14	DESMONTAGEM/MONTAGEM 275/80 R22,5.	50,	SERVIÇO	R\$51,50	R\$ 2.575,00
15	VULCANIZAÇÃO PARA PNEUS 275/80 R22,5	50,	SERVIÇO	R\$223,41	R\$ 11.170,50
16	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL MISTO BORRACHUDO 275/80R- 22.5 COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 16MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	26,	SERVIÇO	R\$874,41	R\$ 22.734,66

				Total por Lote:	R\$1.209,80	R\$ 39.504,16
4 - LOTE 4						
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima	
17	CONCERTO DE PNEU BITOLA 12-16.5.	12,	SERVIÇO	R\$134,42	R\$ 1.613,04	
18	DESMONTAGEM/MONTAGEM 12-16.5.	12,	SERVIÇO	R\$111,00	R\$ 1.332,00	
19	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 12-16.5	12,	SERVIÇO	R\$276,89	R\$ 3.322,68	
20	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 12-16.5, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 23MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	8,	SERVIÇO	R\$1.359,60	R\$ 10.876,80	
				Total por Lote:	R\$1.881,91	R\$ 17.144,52
5 - LOTE 5						
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima	
21	CONCERTO DE PNEU BITOLA 17.5-25.	8,	SERVIÇO	R\$178,60	R\$ 1.428,80	
22	DESMONTAGEM/MONTAGEM 17.5-25.	8,	SERVIÇO	R\$224,50	R\$ 1.796,00	
23	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 17.5-25	8,	SERVIÇO	R\$577,12	R\$ 4.616,96	
24	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	4,	SERVIÇO	R\$3.313,05	R\$ 13.252,20	
				Total por Lote:	R\$4.293,27	R\$ 21.093,96
6 - LOTE 6						
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima	
25	CONCERTO DE PNEU BITOLA 11.00-20.	32,	SERVIÇO	R\$177,64	R\$ 5.684,48	
26	DESMONTAGEM/MONTAGEM 11.00-20.	32,	SERVIÇO	R\$460,00	R\$ 14.720,00	
27	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 11.00-20	32,	SERVIÇO	R\$681,04	R\$ 21.793,28	
				Total por Lote:	R\$1.318,68	R\$ 42.197,76
7 - LOTE 7						
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima	
28	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE.	12,	SERVIÇO	R\$221,61	R\$ 2.659,32	
29	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE.	36,	SERVIÇO	R\$335,99	R\$ 12.095,64	
30	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE.	84,	SERVIÇO	R\$326,26	R\$ 27.405,84	
				Total por Lote:	R\$883,86	R\$ 42.160,80
8 - LOTE 8						
Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima	
31	LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS (INTERNA E EXTERNA).	84,	SERVIÇO	R\$63,97	R\$ 5.373,48	
32	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA).	48,	SERVIÇO	R\$82,83	R\$ 3.975,84	
33	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA).	36,	SERVIÇO	R\$213,91	R\$ 7.700,76	
34	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA).	84,	SERVIÇO	R\$248,42	R\$ 20.867,28	
				Total por Lote:	R\$609,13	R\$ 37.917,36
				Total Geral:	R\$11.001,02	R\$ 223.910,10

1.2. NATUREZA

O referido objeto é classificado como serviço de natureza comum, conforme Resolução nº 15/2023 do CONDER.

1.3. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo permitido cumular com as quantidades não utilizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Requisitante: Secretaria Executiva, Programa Mais Asfalto e Programa Gestão Ambiental
Responsável pela Demanda: Volmir José Giumbelli, Kataline Chiesa, Jéssica Cristina Lamb e Tayna Lazarotto

1. Descrição da Necessidade da Contratação

Os serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavagem de veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Consórcio, utilizados na execução das atividades administrativas e operacionais dos programas consorciados, em especial a Secretaria Executiva, Programa Mais Asfalto – PMA e o Programa Gestão Ambiental – PGA, são essenciais para garantir condições adequadas de uso, segurança e desempenho dos veículos e equipamentos utilizados na execução das atividades institucionais e operacionais do Consórcio, especialmente nas ações relacionadas à manutenção de vias, obras, transporte de materiais e demais serviços de interesse público desenvolvidos pelos municípios consorciados.

A manutenção preventiva e corretiva dos pneus, bem como a adequada higienização da frota, contribui para o aumento da vida útil dos equipamentos, redução de custos com substituições prematuras, melhoria das condições de segurança operacional e preservação do patrimônio público. Dessa forma, a contratação desses serviços mostra-se necessária para assegurar a continuidade, eficiência e economicidade das atividades desenvolvidas pelo CONDER.

Os serviços de borracharia e recapagem são essenciais para manter a integridade, a vida útil e a segurança dos pneus, reduzindo riscos de falhas mecânicas, acidentes e paradas não programadas, além de promover economicidade, mediante o reaproveitamento de pneus em condições técnicas adequadas.

A lavagem dos veículos e equipamentos é indispensável para preservação do patrimônio público, permitindo a correta visualização de falhas, vazamentos e desgastes, além de contribuir para o cumprimento das normas de higiene, segurança e conservação dos bens públicos.

2. Previsão no Plano de Contratação Anual

O objeto está previsto no Plano Anual de Contratação conforme DFD 59/2026.

3. Requisitos para contratação



Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que satisfaçam todas as exigências e especificações e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento do objeto.

Possuir profissionais qualificados e habilitados, bem como estrutura física e todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

Garantia mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, para os serviços prestados de conserto, montagem/desmontagem, vulcanização, recapagem, balanceamento, geometria e alinhamento de pneus.

Possuir estabelecimento localizado no perímetro de 15 (quinze) quilômetros da sede do Programa Mais Asfalto, que está localizada no Lote Industrial nº 05, Linha Tupancy, município de São Miguel do Oeste/SC, acesso ao trevo do município de Barra Bonita/SC ou instalará unidade operacional na referida área até a assinatura da Ata de Registro de Preço

Licença Ambiental de Operação ou documento equivalente vigente, emitido por órgão competente, em nome da proponente ou quando não aplicável dispensa da mesma.

Obrigação do proponente vencedora em manter as condições de habilitação exigidas na licitação durante a validade da Ata de Registro de Preços.

4. Estimativa das quantidades

Considerando que esta licitação abrange os veículos, maquinários e equipamentos da frota do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, e que manutenções corretivas, por sua natureza, são de difícil previsão, ainda que muitas possam ser evitadas com ações preventivas, é comum que, devido ao desgaste natural e ao tempo de uso, trajeto frequentado pelos veículos, sejam necessárias intervenções mais complexas, demandando maior número de serviços.

Além disso, incluem-se entre os serviços necessários aqueles relacionados à lavagem de veículos, fundamentais para a conservação, higiene e preservação dos ativos, especialmente considerando seu uso frequente em ambientes com acúmulo de resíduos, poeira ou material abrasivo.

Diante da imprevisibilidade dessas ocorrências, utilizamos como referência estudos realizados por outros órgãos públicos para estimar as quantidades de serviços necessários. Assim, justifica-se a contratação como medida de proteção ao patrimônio público e à segurança dos servidores, bem como as quantidades indicadas nos itens abaixo:

LOTE 01			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
01	24	SVC	CONCERTO DE PNEU AROS 13, 14 E 15
02	48	SVC	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 13, 14 E 15
03	24	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15
04	48	SVC	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15
05	12	SVC	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 13, 14 E 15
06	12	SVC	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15
LOTE 02			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
07	42	SVC	CONCERTO DE PNEU AROS 16, 17 E 18



08	80	SVC	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 16, 17 E 18
09	42	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18
10	92	SVC	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18
11	18	SVC	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 16, 17 E 18
12	18	SVC	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18
LOTE 03			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
13	50	SVC	CONERTO DE PNEU BITOLA 275/80 R22,5
14	50	SVC	DESMONTAGEM/MONTAGEM 275/80 R22,5
15	50	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 275/80 R22,5
16	26	SVC	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL MISTO BORRACHUDO 275/80R-22.5 COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 16MM, ATÉ 02 CONSERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO
LOTE 04			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
17	12	SVC	CONERTO DE PNEU BITOLA 12-16.5
18	12	SVC	DESMONTAGEM/MONTAGEM 12-16.5
19	12	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 12-16.5
20	8	SVC	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 12-16.5, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 23MM, ATÉ 02 CONSERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO
LOTE 05			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
21	8	SVC	CONERTO DE PNEU BITOLA 17.5-25
22	8	SVC	DESMONTAGEM/MONTAGEM 17.5-25
23	8	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 17.5-25
24	4	SVC	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM, ATÉ 02 CONSERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO
LOTE 06			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
25	32	SVC	CONERTO DE PNEU BITOLA 11.00-20
26	32	SVC	DESMONTAGEM/MONTAGEM 11.00-20
27	32	SVC	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 11.00-20
LOTE 07			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
28	12	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE
29	36	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE
30	84	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE



LOTE 08			
ITEM	QUANT	UND	Descrição do Material
31	84	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS (INTERNA E EXTERNA)
32	48	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA)
33	36	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA)
34	84	SVC	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA)

5. Levantamento de mercado

No levantamento de mercado referente aos serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavagem de veículos e equipamentos, podem ser identificadas as seguintes alternativas:

1. Execução direta:

Consistiria na realização dos serviços com mão de obra própria, equipamentos, insumos e estrutura do Consórcio.

Limitações:

- Necessidade de investimento elevado em infraestrutura, equipamentos e pessoal especializado;
- Custos permanentes de manutenção e operação;
- Falta de economicidade e flexibilidade frente à demanda variável.

2. Contratação integrada dos serviços especializados:

Consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavagem de veículos e equipamentos, conforme a demanda da Administração.

Vantagens:

- Maior eficiência operacional no atendimento das necessidades da frota;
- Redução de custos com estrutura própria e pessoal permanente;
- Possibilidade de contratação conforme demanda;
- Simplificação da gestão contratual e da fiscalização;
- Ampliação da competitividade entre fornecedores no processo licitatório.

Verificou-se também que o mercado possui número considerável de empresas especializadas na prestação desses serviços, incluindo oficinas de borracharia, empresas de recapagem de pneus e estabelecimentos de lavagem automotiva, capazes de atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva da frota.

Esses serviços são amplamente ofertados no mercado regional, sendo comuns tanto em empresas especializadas quanto em oficinas automotivas que disponibilizam atendimento a veículos leves, utilitários, caminhões e máquinas pesadas. A recapagem de pneus, por sua vez, é executada por empresas que possuem estrutura técnica específica e seguem normas técnicas aplicáveis ao processo de reaproveitamento de pneus.

O levantamento também demonstrou que os serviços podem ser contratados de forma parcelada e conforme a demanda, permitindo maior eficiência na gestão da frota e na utilização dos recursos públicos. Além disso, a contratação conjunta desses serviços possibilita maior agilidade no atendimento das necessidades de manutenção e limpeza dos veículos e equipamentos.

Dessa forma, conclui-se que há ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, com capacidade técnica e operacional para atender às exigências da Administração, garantindo competitividade no processo licitatório e viabilidade da contratação.



Após análise das alternativas disponíveis no mercado, verifica-se que a contratação integrada dos serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavagem de veículos, por meio de procedimento licitatório, apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e econômica, atendendo às necessidades operacionais do Consórcio e ao interesse público.

6. Estimativa do valor da aquisição

As pesquisas de preços realizadas para a presente contratação foram realizadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução do CONDER, conforme segue:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS							
LOTE Nº 1							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 01 - item 01	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 21 + IPCA jan	Média	
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU AROS 13, 14 E 15	R\$ 53,33	R\$ 38,00	R\$ 27,92	R\$ 39,75	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 01 - item 01	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 22 + IPCA jan	Média	
02	SVÇ	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	R\$ 18,67	R\$ 27,00	R\$ 16,75	R\$ 20,81	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 01 - item 04	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 21 + IPCA jan	Média	
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	R\$ 52,00	R\$ 123,00	R\$ 74,14	R\$ 83,05	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 32	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 26 + IPCA jan	Média	
04	SVÇ	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	R\$ 28,00	R\$ 30,00	R\$ 19,80	R\$ 25,93	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 01 - item 03	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 25 + IPCA jan	Média	
05	SVÇ	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	R\$ 77,67	R\$ 74,00	R\$ 93,94	R\$ 81,87	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 01 - item 03	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 25 + IPCA jan	Média	
06	SVÇ	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 13, 14 E 15	R\$ 77,67	R\$ 74,00	R\$ 93,94	R\$ 81,87	
LOTE Nº 2							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 19	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 28 + IPCA jan	Média	
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU AROS 16, 17 E 18	R\$ 56,67	R\$ 41,00	R\$ 37,58	R\$ 45,08	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 20	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 29 + IPCA jan	Média	
02	SVÇ	MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	R\$ 28,33	R\$ 37,00	R\$ 23,36	R\$ 29,56	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 22	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 29 + IPCA jan	Média	
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	R\$ 84,17	R\$ 150,00	R\$ 82,78	R\$ 105,65	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 33	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 33 + IPCA jan	Média	
04	SVÇ	BALANCEAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	R\$ 33,33	R\$ 40,00	R\$ 40,42	R\$ 37,92	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 35	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 32 + IPCA jan	Média	
05	SVÇ	GEOMETRIA DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	R\$ 85,00	R\$ 112,00	R\$ 182,32	R\$ 126,44	
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 62/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 02	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 35	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 32 + IPCA jan	Média	
06	SVÇ	ALINHAMENTO DE PNEUS AROS 16, 17 E 18	R\$ 85,00	R\$ 112,00	R\$ 182,32	R\$ 126,44	
LOTE Nº 3							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 28	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel /SC - LOTE 3	PE 182/2025 Guaraciaba/SC item 06 + IPCA jan	Média
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU BITOLA 275/80 R22,5	R\$ 60,00	R\$ 80,00	R\$ 47,06	R\$ 54,85	R\$ 60,48
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 02 - item 29			Média
02	SVÇ	DESMONTAGEM/MONTAGEM 275/80 R22,5	R\$ 40,00	R\$ 63,00			R\$ 51,50
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel /SC - LOTE 3	PE 182/2025 Guaraciaba/SC - item 11 + IPCA jan	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 18 + IPCA jan	Média
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO PARA PNEUS 275/80 R22,5	R\$ 209,00	R\$ 82,35	R\$ 247,73	R\$ 354,57	R\$ 223,41
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 01	PE 15/2025 Caxambu do Sul/SC - item 14 + IPCA	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 5 + IPCA jan		Média
04	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL MISTO BORRACHUDO 275/80R- 22.5 COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 16MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	R\$ 820,00	R\$ 840,84	R\$ 962,40		R\$ 874,41



LOTE Nº 4							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 07	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 03 - item 54	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel/SC - LOTE 23	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 47 +IPCA jan	Média
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU BITOLA 12-16.5	R\$ 60,00	R\$ 132,00	R\$ 132,92	R\$ 212,74	R\$ 134,42
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 07	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 03 - item 55			Média
02	SVÇ	DESMONTAGEM/MONTAGEM 12-16.5	R\$ 100,00	R\$ 122,00			R\$ 111,00
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 07	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel/SC - LOTE 23	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 48 +IPCA jan		Média
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 12-16.5	R\$ 205,00	R\$ 149,53	R\$ 476,14		R\$ 276,89
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 07	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 46 +IPCA jan			Média
04	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 12-16.5, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 23MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.519,20			R\$ 1.359,60
LOTE Nº 5							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 10	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 03 - item 50	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel/SC - LOTE 32	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 21 +IPCA jan	Média
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU BITOLA 17.5-25	R\$ 80,00	R\$ 233,00	R\$ 157,86	R\$ 243,13	R\$ 178,50
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 10	PE 10/2026 Riqueza/SC - LOTE 03 - item 51			Média
02	SVÇ	DESMONTAGEM/MONTAGEM 17.5-25	R\$ 220,00	R\$ 229,00			R\$ 224,50
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 10	PE 182/2025 Guaraciaba/SC item 01 + IPCA jan	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel/SC - LOTE 32	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 22 +IPCA jan	Média
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 17.5-25	R\$ 443,00	R\$ 628,61	R\$ 385,88	R\$ 850,97	R\$ 577,12
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 10	PE 15/2025 Caxambu do Sul/SC - item 10 +IPCA	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 19 +IPCA jan		Média
04	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM, ATÉ 02 CONCERTOS INTERNOS TIPO RACK, SE NECESSÁRIO	R\$ 3.800,00	R\$ 2.715,00	R\$ 3.424,14		R\$ 3.313,05



LOTE Nº 6							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 08	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel /SC - LOTE 38	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 51 +IPCA jan		Média
01	SVÇ	CONCERTO DE PNEU BITOLA 11.00-20	R\$ 80,00	R\$ 179,38	R\$ 273,53		R\$ 177,64
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 08				Média
02	SVÇ	DESMONTAGEM/MONTAGEM 11.00-20	R\$ 460,00				R\$ 460,00
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 47/2025 São Miguel do Oeste/SC - LOTE 08	PE 48/2025 Cons. Velho Coronel /SC - LOTE 38	PE 182/2025 Guaraciaba/SC item 01 + IPCA jan	PE 38/2025 Chapadão do Lajeado/SC - item 53 +IPCA jan	Média
03	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BITOLA 11.00-20	R\$ 490,00	R\$ 622,87	R\$ 628,61	R\$ 982,67	R\$ 681,04
LOTE Nº 7							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 120/2025 Canelinha /SC - item 09 + IPCA jan	PE 242/2025 Guaraciaba/ SC - item 01			Média
01	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE	R\$ 139,98	R\$ 303,24			R\$ 221,61
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 120/2025 Canelinha /SC - item 09 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 28	PE 242/2025 Guaraciaba/ SC - item 02		Média
02	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE	R\$ 427,45	R\$ 250,00	R\$ 330,53		R\$ 335,99
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 120/2025 Canelinha /SC - item 12 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 33	PE 242/2025 Guaraciaba/ SC - item 02		Média
03	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA) SUA LAVAGEM DEVE OCORRER COM ÁGUA QUENTE	R\$ 377,82	R\$ 300,00	R\$ 300,95		R\$ 326,26
LOTE Nº 8							
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 46/2025 São Miguel do Oeste - item 01 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 18	PE 133/2025 Guaraciaba/ SC - item 02	PE 120/2025 Canelinha /SC - item 01 + IPCA jan	Média
01	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS (INTERNA E EXTERNA)	R\$ 38,35	R\$ 70,00	R\$ 99,00	R\$ 48,52	R\$ 63,97
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 46/2025 São Miguel do Oeste - item 02 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 17	PE 133/2025 Guaraciaba/ SC - item 04		Média
02	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE DE GRANDE PORTE (INTERNA E EXTERNA)	R\$ 53,49	R\$ 100,00	R\$ 95,00		R\$ 82,83
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 46/2025 São Miguel do Oeste - item 04 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 25	PE 242/2025 Guaraciaba/ SC - item 02		Média
03	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA DE CAMINHÕES (INTERNA E EXTERNA)	R\$ 131,21	R\$ 180,00	R\$ 330,53		R\$ 213,91
ITEM	UND	Descrição do Material	PE 46/2025 São Miguel do Oeste - item 05 + IPCA jan	IL Xaxim 8/2024 - item 26	PE 133/2025 Guaraciaba/ SC - item 18	PE 120/2025 Canelinha /SC - item 06 + IPCA jan	Média
04	SVÇ	LAVAÇÃO COMPLETA EQUIPAMENTOS LINHA AMARELA (INTERNA E EXTERNA)	R\$ 222,05	R\$ 200,00	R\$ 305,00	R\$ 266,62	R\$ 248,42

Considerando os valores destinados estima-se o valor da contratação em R\$ 223.910,10 (duzentos e vinte e três mil novecentos e dez reais e dez centavos) para atender a demanda em um período de 12 meses.

7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos, destinados à manutenção e conservação da frota pertencente ao Consórcio, garantindo condições adequadas de uso, segurança e eficiência operacional.

Para os lotes 01 a 06:



A empresa contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos apropriados e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de borracharia e recapagem de pneus, garantindo condições seguras e eficientes para atendimento da frota de veículos e equipamentos do Consórcio.

Os serviços deverão compreender, no mínimo, montagem e desmontagem de pneus, consertos e reparos, vulcanização, troca de válvulas, calibragem, inspeção das condições dos pneus e recapagem, quando tecnicamente viável, devendo ser executados conforme boas práticas do setor e normas técnicas aplicáveis.

Os materiais e insumos utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e adequados à aplicação automotiva, incluindo bandas de rodagem, remendos, colas e demais componentes utilizados nos processos de reparo e recapagem.

Deverá, ainda, observar as normas ambientais aplicáveis, realizando a destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis e resíduos provenientes das atividades desenvolvidas.

A empresa deverá garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.

A proponente vencedora deverá fornecer garantia mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, para os serviços de prestação de conserto, montagem/desmontagem, recapagem, vulcanização, balanceamento, geometria e alinhamento de pneus. Ficam excetuados dessa exigência os serviços de lavagem de veículos, que, por sua natureza, não se submetem à obrigatoriedade de garantia. A garantia deverá assegurar que os serviços prestados permaneçam em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

Para os lotes que possuem o item recapagem de pneu:

Os serviços de recapagem de pneus deverão ser executados por empresa especializada, utilizando processos e materiais adequados, garantindo a segurança, durabilidade e desempenho dos pneus utilizados na frota do Consórcio.

Os serviços de recapagem deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, utilizando materiais e processos que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis.

Antes da execução da recapagem, a empresa deverá realizar inspeção técnica do pneu, a fim de verificar suas condições estruturais e avaliar a viabilidade do processo, podendo recusar pneus que não apresentem condições adequadas para recapagem.

A recapagem deverá ser realizada com bandas de rodagem novas, de primeira qualidade, apropriadas ao tipo de pneu e ao uso em veículos e equipamentos pesados, garantindo aderência, resistência ao desgaste e segurança operacional.

O processo de recapagem deverá seguir procedimentos técnicos adequados, incluindo raspagem da carcaça, preparação da superfície, aplicação de banda de rodagem e processo de vulcanização, garantindo a correta aderência e acabamento do pneu.

A empresa deverá garantir a qualidade do serviço executado, responsabilizando-se pela substituição ou correção do serviço em caso de defeitos decorrentes da recapagem.



Os pneus que forem considerados inservíveis ou impróprios para recapagem deverão ser devidamente identificados e devolvidos ao Consórcio, acompanhados de justificativa técnica.

Para os lotes 07 e 08:

A empresa contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos apropriados e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de lavagem de veículos e equipamentos pertencentes à frota do Consórcio.

O estabelecimento deverá possuir área específica para a realização da lavagem, com piso impermeabilizado e sistema de drenagem adequado, de forma a evitar infiltração no solo e permitir o correto direcionamento dos efluentes gerados durante a atividade.

Deverá dispor de equipamentos apropriados para a limpeza de veículos e maquinários, tais como lavadoras de alta pressão, compressores e demais equipamentos necessários à adequada execução dos serviços.

Os produtos utilizados na lavagem deverão ser adequados para uso automotivo, biodegradáveis e não agressivos às superfícies dos veículos e equipamentos, não podendo causar danos à pintura, componentes metálicos, plásticos, borrachas ou sistemas mecânicos.

A empresa deverá adotar medidas de controle ambiental, incluindo sistema de coleta e tratamento dos efluentes gerados, como caixa separadora de água e óleo ou sistema equivalente, bem como realizar a destinação adequada dos resíduos provenientes da atividade.

Os serviços deverão ser executados de forma a garantir a limpeza adequada dos veículos e equipamentos, preservando suas condições de uso e conservação.

Para todos os lotes:

Os serviços serão realizados nas dependências da licitante vencedora, as quais deverão estar localizadas dentro do perímetro de 15 (quinze) quilômetros da sede do Programa Mais Asfalto, que está localizada no Lote Industrial nº 05, Linha Tupancy, município de São Miguel do Oeste/SC, acesso ao trevo do município de Barra Bonita/SC.

Caso a empresa vencedora não possua unidade instalada na referida área no momento da licitação, deverá comprometer-se a providenciar a instalação de estrutura operacional apta à execução dos serviços até a assinatura da Ata de Registro de Preço.

A definição do referido limite geográfico fundamenta-se em critérios de eficiência operacional, economicidade e interesse público, considerando que a sede do Programa Mais Asfalto concentra a maior parte da frota de veículos e maquinários utilizados nas atividades desenvolvidas.

Destaca-se, ainda, que a unidade se encontra localizada em ponto estratégico de acesso ao entroncamento rodoviário que interliga os municípios de Barra Bonita, Guaraciaba e São Miguel do Oeste, o que favorece o atendimento logístico equilibrado e racional das demandas operacionais.

Admitir distância rodoviária superior ao limite fixado implicaria onerosidade desproporcional ao interesse público, em razão de:

- aumento significativo do consumo de combustível;
- maior tempo de deslocamento e redução da produtividade operacional;
- desgaste acentuado da frota, elevando custos de manutenção;



- riscos logísticos e redução da efetividade no abastecimento e atendimento dos serviços.

Tais fatores, considerados conjuntamente, comprometeriam a eficiência dos Programas e resultariam em custos evitáveis ao erário, o que inviabiliza a ampliação do limite estabelecido.

É vedada a subcontratação do objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do CONDER. Em eventuais pedidos de subcontratação, o detentor da ata de registro de preços, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Consórcio, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação;

Durante o período que os veículos, máquinas e/ou equipamentos estiverem na sede da empresa vencedora, o mesmo estará sob sua responsabilidade e se sofrerem danos causados na empresa, ou ainda em casos de furtos ou outros incidentes aqui não apontados, será dela o dever de recuperá-los sem ônus para o CONDER, pois é dever da contratada zelar pelo patrimônio público.

A contratada deverá permitir ao contratante acompanhar a execução de todos os serviços, através fiscal designado pelo consórcio (motorista, operador ou outro servidor indicado).

Os itens serão recebidos provisoriamente e definitivamente, de acordo com os termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme segue:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O objeto entregue poderá ser rejeitado pelo fiscal, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento d comunicação oficial, sob pena de revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções previstas no edital.

O objeto deverá ser fornecido pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a revogação da ata de registro de preços e aplicação das sanções legais previstas.



O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

Fica consignado que a fornecedora compromissada através da Ata de Registro de Preços, que atrasar a entrega na prestação dos serviços, der causa a inexecução total ou parcial de qualquer termo deste edital, bem como em consequência de atraso na entrega ou inexecução, resultar em eventual danos ao patrimônio, danos ao erário ou ainda, que venha a causar prejuízo aos administrados, o CONDER determinará abertura de PAD- Processo Administrativo para apurar os fatos e responsabilidades, para providências necessárias nos termos da lei e deste instrumento.

8. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda real e progressiva dos serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos ao longo do período contratual, respeitando as necessidades operacionais do Consórcio. Isso se deve ao fato de que são serviços imprevisíveis quanto à sua frequência, extensão e complexidade, estando diretamente relacionadas ao uso, desgaste natural dos equipamentos e eventuais falhas técnicas.

O parcelamento permite ajustar a execução do contrato à realidade do serviço, evitando contratações desnecessárias, reduzindo custos operacionais e garantindo maior eficiência no atendimento das necessidades.

Dessa forma, a solução será fornecida à medida que forem identificadas as demandas de serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos, de modo a garantir a continuidade das atividades e a disponibilidade plena da frota.

9. Resultados Pretendidos

Com a contratação dos serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos, pretende-se:

- Assegurar a disponibilidade e a segurança da frota, mantendo veículos e equipamentos em condições adequadas de uso;
- Prolongar a vida útil dos pneus, por meio da recapagem adequada, reduzindo custos com aquisições frequentes;
- Garantir a manutenção preventiva e corretiva eficiente, minimizando falhas operacionais e paralisações não programadas;
- Promover a conservação do patrimônio público, assegurando a adequada higienização e preservação dos bens;
- Assegurar a execução dos serviços em conformidade com normas técnicas, ambientais e de segurança, mitigando riscos operacionais e ambientais;
- Contribuir para a economicidade e eficiência administrativa, mediante a contratação planejada e conforme a real demanda do Consórcio.

10. Providências a serem adotadas

Acompanhamento da execução contratual, com verificação do cumprimento dos prazos, padrões de qualidade, normas ambientais e condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência;

Controle da medição, faturamento e pagamento, conforme os serviços efetivamente executados;

Adoção de medidas corretivas, quando identificadas inconformidades, nos termos da legislação vigente e do instrumento contratual.

11. Contratações correlatas

Não haverá contratações correlatas.

12. Possíveis impactos ambientais

A contratação de serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos pode gerar os seguintes impactos ambientais:



- Geração de resíduos sólidos, tais como pneus inservíveis, resíduos de borracha, câmaras de ar, filtros e embalagens de produtos utilizados nos serviços;
- Geração de efluentes líquidos provenientes das atividades de lavação, contendo óleo, graxa, detergentes e material particulado;
- Risco de contaminação do solo e de corpos d'água, decorrente de vazamentos, derramamento de óleos, graxas, solventes ou produtos químicos utilizados nos serviços;
- Poluição atmosférica, resultante da manipulação de produtos químicos, uso de equipamentos pneumáticos e emissão de vapores durante processos de recapagem;
- Consumo elevado de água e energia, especialmente nas atividades de lavagem dos veículos e equipamentos;
- Geração de resíduos perigosos (classe I), como óleos lubrificantes, graxas, solventes e borras, caso não sejam devidamente armazenados e destinados.

Para mitigação dos impactos ambientais decorrentes da contratação de serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos, os estabelecimentos deverão adotar as seguintes medidas:

- Os serviços deverão ser executados em áreas impermeabilizadas, dotadas de sistema de drenagem adequado;
- Utilização de caixa separadora de água e óleo, devidamente dimensionada, com realização de manutenções, limpezas e análises periódicas para comprovação de sua eficiência;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, especialmente pneus inservíveis, resíduos de borracha, embalagens e filtros, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Armazenamento adequado de produtos químicos, óleos e graxas, em locais cobertos, sinalizados e com contenção, evitando vazamentos e contaminação do solo;
- Adoção de práticas que promovam o uso racional da água e da energia, minimizando desperdícios durante as atividades de lavação;
- Cumprimento das normas ambientais e de segurança do trabalho, bem como das exigências dos órgãos ambientais competentes.

13. Conclusão do Estudo – Viabilidade da Contratação

Diante das necessidades operacionais do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e com base nas análises técnicas e legais apresentadas, conclui-se que a contratação de serviços especializados serviços de borracharia, recapagem de pneus e lavação de veículos e equipamentos é viável, necessária e vantajosa para a Administração. A solução está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, sendo compatível com os preços praticados no mercado, conforme levantamento realizado. A contratação permitirá a continuidade dos serviços prestados pelos programas do consórcio, com segurança, regularidade e preservação do patrimônio público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que satisfaçam todas as exigências e especificações e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento do objeto.

Declaração da proponente de que a empresa possui estabelecimento localizado no perímetro de 15 (quinze) quilômetros da sede do Programa Mais Asfalto, que está localizada no Lote Industrial nº 05, Linha Tupancy, município de São Miguel do Oeste/SC, acesso ao trevo do município de Barra Bonita/SC ou que se vencedora, instalará unidade operacional na referida área até a assinatura da Ata de Registro de Preço (modelo próprio da empresa).



Declaração da proponente que, esta possui profissionais qualificados e habilitados, bem como estrutura física e todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços (modelo próprio da empresa).

Declaração da proponente de que, se vencedora, fornecerá garantia mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, para os serviços prestados de conserto, montagem/desmontagem, recapagem, vulcanização, balanceamento, geometria e alinhamento de pneus (modelo próprio da empresa).

Licença Ambiental de Operação ou documento equivalente vigente, emitido por órgão competente, em nome da proponente ou quando não aplicável dispensa da mesma.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO

Para os lotes 01 a 06:

A empresa contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos apropriados e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de borracharia e recapagem de pneus, garantindo condições seguras e eficientes para atendimento da frota de veículos e equipamentos do Consórcio.

Os serviços deverão compreender, no mínimo, montagem e desmontagem de pneus, consertos e reparos, vulcanização, troca de válvulas, calibragem, inspeção das condições dos pneus e recapagem, quando tecnicamente viável, devendo ser executados conforme boas práticas do setor e normas técnicas aplicáveis.

Os materiais e insumos utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e adequados à aplicação automotiva, incluindo bandas de rodagem, remendos, colas e demais componentes utilizados nos processos de reparo e recapagem.

Deverá, ainda, observar as normas ambientais aplicáveis, realizando a destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis e resíduos provenientes das atividades desenvolvidas.

A empresa deverá garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.

A empresa deverá fornecer garantia mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, para os serviços prestados de conserto, montagem/desmontagem, recapagem, vulcanização, balanceamento, geometria e alinhamento de pneus. Ficam excetuados dessa exigência os serviços de lavagem de veículos, que, por sua natureza, não se submetem à obrigatoriedade de garantia. A garantia deverá assegurar que os serviços prestados permaneçam em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

Para os lotes que possuem o item recapagem de pneu:



Os serviços de recapagem de pneus deverão ser executados por empresa especializada, utilizando processos e materiais adequados, garantindo a segurança, durabilidade e desempenho dos pneus utilizados na frota do Consórcio.

Os serviços de recapagem deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, utilizando materiais e processos que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis.

Antes da execução da recapagem, a empresa deverá realizar inspeção técnica do pneu, a fim de verificar suas condições estruturais e avaliar a viabilidade do processo, podendo recusar pneus que não apresentem condições adequadas para recapagem.

A recapagem deverá ser realizada com bandas de rodagem novas, de primeira qualidade, apropriadas ao tipo de pneu e ao uso em veículos e equipamentos pesados, garantindo aderência, resistência ao desgaste e segurança operacional.

O processo de recapagem deverá seguir procedimentos técnicos adequados, incluindo raspagem da carcaça, preparação da superfície, aplicação de banda de rodagem e processo de vulcanização, garantindo a correta aderência e acabamento do pneu.

A empresa deverá garantir a qualidade do serviço executado, responsabilizando-se pela substituição ou correção do serviço em caso de defeitos decorrentes da recapagem.

Os pneus que forem considerados inservíveis ou impróprios para recapagem deverão ser devidamente identificados e devolvidos ao Consórcio, acompanhados de justificativa técnica.

Para os lotes 07 e 08:

A empresa contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos apropriados e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de lavagem de veículos e equipamentos pertencentes à frota do Consórcio.

O estabelecimento deverá possuir área específica para a realização da lavagem, com piso impermeabilizado e sistema de drenagem adequado, de forma a evitar infiltração no solo e permitir o correto direcionamento dos efluentes gerados durante a atividade.

Deverá dispor de equipamentos apropriados para a limpeza de veículos e maquinários, tais como lavadoras de alta pressão, compressores e demais equipamentos necessários à adequada execução dos serviços.

Os produtos utilizados na lavagem deverão ser adequados para uso automotivo, biodegradáveis e não agressivos às superfícies dos veículos e equipamentos, não podendo causar danos à pintura, componentes metálicos, plásticos, borrachas ou sistemas mecânicos.



A empresa deverá adotar medidas de controle ambiental, incluindo sistema de coleta e tratamento dos efluentes gerados, como caixa separadora de água e óleo ou sistema equivalente, bem como realizar a destinação adequada dos resíduos provenientes da atividade.

Os serviços deverão ser executados de forma a garantir a limpeza adequada dos veículos e equipamentos, preservando suas condições de uso e conservação.

Para todos os lotes:

Os serviços serão realizados nas dependências da licitante vencedora, as quais deverão estar localizadas dentro do perímetro de 15 (quinze) quilômetros da sede do Programa Mais Asfalto, que está localizada no Lote Industrial nº 05, Linha Tupancy, município de São Miguel do Oeste/SC, acesso ao trevo do município de Barra Bonita/SC.

Caso a empresa vencedora não possua unidade instalada na referida área no momento da licitação, deverá comprometer-se a providenciar a instalação de estrutura operacional apta à execução dos serviços até a assinatura da Ata de Registro de Preço.

É vedada a subcontratação do objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do CONDER. Em eventuais pedidos de subcontratação, o detentor da ata de registro de preços, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Consórcio, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação;

Durante o período que os veículos, máquinas e/ou equipamentos estiverem na sede da empresa vencedora, o mesmo estará sob sua responsabilidade e se sofrerem danos causados na empresa, ou ainda em casos de furtos ou outros incidentes aqui não apontados, será dela o dever de recuperá-los sem ônus para o CONDER, pois é dever da contratada zelar pelo patrimônio público.

A contratada deverá permitir ao contratante acompanhar a execução de todos os serviços, através fiscal designado pelo consórcio (motorista, operador ou outro servidor indicado).

Os itens serão recebidos provisoriamente e definitivamente, de acordo com os termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme segue:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;*
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;*

O objeto entregue poderá ser rejeitado pelo fiscal, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento d comunicação oficial,



sob pena de revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções previstas no edital.

O objeto deverá ser fornecido pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a revogação da ata de registro de preços e aplicação das sanções legais previstas.

O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

Fica consignado que a fornecedora compromissada através da Ata de Registro de Preços, que atrasar a entrega na prestação dos serviços, der causa a inexecução total ou parcial de qualquer termo deste edital, bem como em consequência de atraso na entrega ou inexecução, resultar em eventual danos ao patrimônio, danos ao erário ou ainda, que venha a causar prejuízo aos administrados, o CONDER determinará abertura de PAD- Processo Administrativo para apurar os fatos e responsabilidades, para providências necessárias nos termos da lei e deste instrumento.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o CONDER designará fiscal de contrato e gestor da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, do referido diploma legal.

Conforme dispõe a Resolução nº 25/2023 do CONDER, a Diretora Executiva ou os Diretores de Programa deverão designar gestores e fiscais dos contratos celebrados pelo Consórcio, observando suas competências, com base em critérios previstos em regulamento específico de atuação dos agentes públicos.

O CONDER poderá aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os critérios de medição neste caso dar-se-á através da quantidade de serviços executado.



6.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após o recebimento definitivo do objeto, envio da nota fiscal eletrônica/fatura e boleto bancário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento do CONDER.

O CONDER não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do objeto ora registrado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento deste.

A nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços, descrição completa do objeto, unidade de medida, valores unitários e totais **conforme a ordem de compra emitida**, e demais informações solicitadas do CONDER ou ainda nas legislações vigentes. A mesma deve ser encaminhada uma via digital para os e-mails pma@conder.sc.gov.br, pma01@conder.sc.gov.br, tayna@conder.sc.gov.br, ambiental@conder.sc.gov.br, contabilidade@conder.sc.gov.br e conder@conder.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será selecionado como fornecedor aquele que ofertar o objeto com o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos neste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 014/2023 do CONDER.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes do Conder e constarão na ordem de compra.

Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais do Conder.

São Miguel do Oeste/SC, 13 de março de 2026.

VOLMIR JOSÉ GIUMBELLI
Diretor do Programa Mais Asfalto – PMA

KATALINE CHIESA
Diretora do Programa Gestão Ambiental – PGA



ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS E DADOS DOS RESPONSÁVEIS

A empresa _____, CNPJ sob nº _____,
com sede na _____, **DECLARA** sob as
penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os dados bancários e dados dos responsáveis, conforme segue:

1. Dados Bancários:

Nome do Banco:

Cidade:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

Chave Pix:

2. Dados do Representante Legal – Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

3. Dados do Responsável pelo recebimento das autorizações de fornecimento/ordem de compra/empenhos:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da proponente



ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “e-PAL” Nº ____/
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025
REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias ____ do mês de _____ do ano de _____, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede a Rua Segundo Aníbal Balbinot, nº 189, Bairro Agostini, município de São Miguel do Oeste/SC, representado(a) por seu Diretor Executivo Sr. **JOSÉ FRANCISCO MORA**, doravante denominado **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO**, e de outro a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede a _____, doravante denominada **FORNECEDORA**, que firmam a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o resultado do julgamento do Processo Administrativo nº ____/____ na modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/____, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Resoluções do CONDER e pelos termos do edital, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BORRACHARIA, RECAPAGEM DE PNEUS E LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, conforme itens referenciados na clausula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. As partes resolvem registrar preços dos seguintes itens e quantitativos abaixo especificados:

Item	Unid.	Quant	Especificação	Marca	Modelo	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total Registrado:							

2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CONDER a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº



14.133, de 2021.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3.3. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

3.4. O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de fornecimento do objeto, e ainda, a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

3.5. Caso o fornecimento não for cumprido ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A contratação com a fornecedora registrada será formalizada pelo CONDER por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento ou ordem de compra.

4.2. O prazo de entrega do objeto deverá cumprir estritamente o disposto no edital e anexos do processo licitatório, o qual gerou esta ata de registro de preços.

4.3. O local de entrega do objeto será estabelecido em cada autorização de fornecimento ou ordem de compra e nota de empenho de despesa.

4.4. Todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto correrão por conta exclusiva da fornecedora.

4.5. Todos os custos relacionados à execução de garantia ou substituição de produtos correrão por conta exclusiva da fornecedora, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal, entre outros.

4.6. O objeto deverá ser fornecido ao CONDER pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

4.7. O fornecimento dar-se-á em estrita conformidade com os termos do edital e anexos, em especial o Anexo I o qual dispõe do termo de referência.

4.8. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções legais previstas.



4.9. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade dos fiscais do contrato designados pelo consórcio.

4.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

4.11. O objeto fornecido poderá ser rejeitado pelo fiscal do CONDER, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas após o recebimento da comunicação oficial, sob pena de revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento definitivo do objeto, envio da nota fiscal eletrônica/fatura e boleto bancário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento do CONDER.

5.2. O CONDER não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do objeto ora registrado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento deste.

5.3. A nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços, descrição completa do objeto, unidade de medida, valores unitários e totais conforme a ordem de compra emitida, e demais informações solicitadas do CONDER ou ainda nas legislações vigentes. A mesma deve ser encaminha uma via digital para os e-mails pma@conder.sc.gov.br, pma01@conder.sc.gov.br e conder@conder.sc.gov.br.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5. Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

5.8. Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo consorcio, devendo a fornecedora indicar estes valores no documento fiscal.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

6.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes do CONDER e constarão no Empenho/Autorização de Fornecimento emitida.

6.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e de transferências constitucionais e legais do CONDER.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO OU CANCELAMENTO DE ITEM

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea “d”, Inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que, **devidamente comprovados**, cabendo ao órgão gerenciador proceder à verificação da compatibilidade dos preços mediante consulta a sites oficiais de processos licitatórios homologados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como a outras fontes públicas idôneas, nos termos da legislação vigente.

7.2. Nos casos de **elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital.

§ 1º A partir do protocolo apresentado pela fornecedora, o órgão gerenciador procederá à verificação da compatibilidade do valor requerido com os preços praticados no mercado, mediante consulta a outros processos licitatórios devidamente homologados por órgãos ou entidades da Administração Pública, observados aqueles realizados no período de até 12 (doze) meses.

§ 2º Quando constatado pelo órgão gerenciador que o preço registrado se encontra superior ao preço praticado no mercado, poderá ensejar diligências para verificação e negociação do valor registrado.

7.3 Realizada as negociações, o órgão gerenciador poderá:

- a) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado através de Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente; ou
- b) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

7.4. O **cancelamento de eventual item da ata de registro de preços** poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

- a) Por razão de interesse público, devidamente justificado; ou
- b) A pedido do fornecedor, devidamente comprovado e justificado.

I. Nos casos de solicitação de **cancelamento de item**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital.

§ 1º. Para analisar o pedido de cancelamento de item do registro nos termos do caput deste item, devidamente comprovado e justificado, o órgão gerenciador convocará via endereço eletrônico (E-mail) os demais fornecedores classificados no certame para a verificação da disponibilidade do objeto no mercado e preços praticados.



§ 2º. Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a disponibilidade do fornecimento do objeto, será realizada pesquisa de preços praticados, conforme ordem classificatória do certame, transferindo-se o objeto ao fornecedor que permanecer a proposta mais vantajosa.

§ 3º. Decaía do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista no § 2º deste item, a fornecedora que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O órgão gerenciador decidirá sobre a revisão dos preços ou pedido de cancelamento no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

7.5.1. Em se tratando de pedidos de revisão dos preços enquanto não houver a apreciação e o deferimento do órgão gerenciador, a fornecedora fica obrigada a executar o objeto licitado nas condições inicialmente estabelecidas na ata de registro de preços, razão pela qual, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes, que forem emitidos anterior a decisão da autoridade competente deverão ser cumpridas nas condições estabelecidas em ata de registro de preços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

7.5.2. Em se tratando de pedidos de cancelamento do objeto, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento de eventuais autorizações de fornecimento, bem como dar prosseguimento ao correspondente procedimento administrativo para a abertura do Processo de Apuração de Infrações Administrativas – PAIA.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA E MODELO

8.1. Em casos excepcionais, poderão ser aceitas **substituição de marca e modelo do objeto** registrado, desde que a marca e modelo ofertado possua qualidade igual ou superior àquela inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros a Administração.

8.2. Nos casos de **substituição de marca e modelo** de determinado produto, a detentora da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital.

8.3. Eventuais pedidos de substituição de marca e modelo inicialmente registrada, relativos a objetos que possuem marcas e modelos aprovados, somente serão apreciados pela Autoridade Competente, quando a solicitação de substituição da marca e modelo, for por outra também aprovada para o objeto, em procedimento de pré-qualificação.

8.4. O órgão gerenciador reserva-se o direito de realizar diligências para verificação da equivalência da qualidade da marca e modelo registrado com a marca e modelo que está sendo ofertada para a substituição.

8.5. O órgão gerenciador decidirá sobre a substituição de marca e modelo no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

8.6. Em se tratando de pedidos de substituição de marca e modelo, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes que forem emitidos anterior a análise, com base



na documentação protocolada serão definidas em Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente, com relação ao seu cumprimento.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser **extinta** pelo órgão gerenciador quando:

- a) Descumprir as condições estabelecidas no edital de licitação e suas respectivas ata de registro de preços;
- b) Não confirmar o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de compra no prazo estabelecido em edital, sem justificativa aceitável;
- c) Se configurar a inexecução do objeto por mais de 30 (trinta) dias corridos de atraso no prazo de entrega estabelecido neste edital;
- d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Sofrer sanção impeditiva prevista em lei;
- f) Por razão de interesse público.
- g) Tornar-se inadimplente com o CONDER em decorrência de falta de pagamento de valor pertinente a multa aplicada, após a formalização da contratação junto ao Consórcio.

Parágrafo único. A extinção da ata registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1 e suas respectivas alíneas será formalizada por Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente do CONDER.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Compete ao **Órgão Gerenciador**:

- a) A administração e o gerenciamento da ata de registro de preços, decorrente deste procedimento licitatório;
- b) Decidir sobre as alterações da ata de registro de preços, reequilíbrio de preços, trocas de marcas, cancelamentos e demais ocorrências que vierem a surgir durante a vigência do procedimento licitatório;
- c) O acompanhamento das autorizações de fornecimento até seu efetivo recebimento;
- d) Eventuais notificações por atraso de fornecimento ou objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;



- e) Abertura de processo para apuração de infrações administrativas, quando for o caso.
- f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações editalícias;
- g) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, desde que atendidas às obrigações editalícias;
- h) Rejeitar, em todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;
- i) Fiscalizar o fornecimento do objeto ora contratado.

10.2. Compete a **Fornecedora/Detentora da ata de registro de preços**:

- a) Manter durante a vigência da ata de registro de preços, decorrente deste procedimento licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER;
- b) Acusar o recebimento das autorizações de fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- c) Incluir nota fiscal e documentos complementares (se for o caso) para cada autorização de fornecimento, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER.
- d) Registrar ocorrências e eventos, cadastrar justificativas e responder a notificações administrativas relacionadas às Autorizações de Fornecimento, utilizando exclusivamente o Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos.
- e) Substituir, conforme termos do edital e seus anexos, às suas expensas, o objeto que não se adequar às especificações exigidas;
- f) Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o consórcio;
- g) Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao consórcio ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



- h) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto;
- i) Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto; caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do consórcio a sua aceitação;
- j) Responder, sempre que solicitado pela contratante ou pelo órgão gerenciador, os questionamentos referentes ao fornecimento do objeto, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos;
- k) Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou à terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;
- l) Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelos Consorcio;
- m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
- n) Fornecer o objeto constante na autorização de fornecimento/nota de empenho/contrato ou documento equivalente emitida dentro do prazo de validade da ata de registro de preços, mesmo se a entrega ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A contratação decorrente do sistema de registro de preços realizado pelo CONDER será de total autonomia e responsabilidade do órgão gerenciador, o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade.

10.2. O órgão gerenciador fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Consorcio.

10.2.1. O procedimento para a apuração de eventuais infrações administrativas e aplicação de sanção, pertinente a licitações realizadas pelo CONDER, observará o disposto em Resolução própria do Consórcio.



10.3. Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o órgão gerenciador deverá designar fiscal de contrato e representante do consorcio para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

10.4. Caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Conforme dispõe o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONDER, municípios consorciados e/ou órgãos cooperados, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com o CONDER, municípios consorciados e órgãos cooperados;



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3. Para o enquadramento e dosimetria deverão ser observados:

- a) Natureza e gravidade da infração;
- b) Peculiaridades do caso concreto;
- c) Circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Danos decorrentes;
- e) Implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

12.4. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Resoluções vigentes do CONDER e previsões editalícias.

12.5. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.

13.2. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

13.3. As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução desta ata de registro de preços, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta ata de registro de preços, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o consorcio a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. A Fornecedora, signatária desta Ata, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador, nos termos do edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

(Nome Representante Conder)

Assinatura da Fornecedora
(Nome da Fornecedora)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/03/2026 15:42 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p3a45ab9ac56bd>

